

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3318-2160** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3427/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi e a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima a participarem do lançamento do material “Panorama da Execução dos Programas Socioeducativos de Internação e Semiliberdade nos Estados Brasileiros”, que ocorrerá no dia 23.9.2019, no Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3428/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12.9.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3430/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para participarem de reunião de trabalho, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2019, às 13h, na sala de reuniões da sede da Procuradoria-Geral de Justiça:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	COMARCA
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	Três Lagoas
Edival Goulart Quirino	Bataguassu
Allan Thiago Barbosa Arakaki	Anaurilândia
Bianka Machado Arruda Mendes	Batayporã
Moisés Casarotto	Brasilândia

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3414/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes ao Promotor de Justiça abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Marcos Alex Vera de Oliveira	2008/2009	1	14.10.2019
	2010/2011	29	15.10 a 12.11.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3418/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 30.9 a 9.10.2019, em razão de férias da titular Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3419/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Glória de Dourados, Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Fátima do Sul, nos dias 16, 18 e 19.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3421/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 30.9 a 9.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3422/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 7 a 14.5.2018 e 10 a 19.12.2018, a serem usufruídos no período de 9 a 13.12.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3423/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2012 a 6 de janeiro de 2013, a serem usufruídos nos dias 16 e 17.12.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3424/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Adriano Barrozo da Silva	15.12.2018	20.9.2019
Fernanda Proença de Azambuja	6 e 7.10.2018	17 e 18.9.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3425/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Promotoria de Justiça e o Juizado Especial constantes do quadro a seguir, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão dos titulares:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PROMOTORIA /JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	TITULAR
Gilberto Carlos Altheman Júnior	Promotoria de Justiça da comarca de Sonora	20.9.2019	Adriano Barrozo da Silva
Matheus Macedo Cartapatti	Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul	17 e 18.9.2019	Fernanda Proença de Azambuja

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3426/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral, no dia 20.9.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3415/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 27.747, de 2.9.2019, da Prefeitura de Rio Brilhante, que considera ponto facultativo nos órgãos da Administração Municipal o dia 27.9.2019, em razão do Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município, no dia 26.9.2019,

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0027/2019, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Rio Brilhante no dia 27.9.2019,

**R E S O L V E:**

Declarar ponto facultativo o dia 27.9.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Rio Brilhante, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0183/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00001163-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 02 de setembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0184/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00009787-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 04 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0185/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo nº 02.2019.00061433-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 05 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0186/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00009727-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 06 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0187/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00009970-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0191/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010163-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0192/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Matheus Carim Buker, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00009859-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 0193/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00010238-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de setembro de 2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 3416/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução n° 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Daniel Rodrigues Duarte, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Sistemas de Informação no período de 10 a 19.12.2019, em razão de férias do titular, Frederick Werner Castellani Viacek.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 3417/2019-PGJ, DE 16.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução n° 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Thaynara Garcia de Souza, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 73ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, no período de 14 a 25.10.2019, em razão de férias da servidora Carolyne Silvestre Oliveira Mendes.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/PGJ/2019 - UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/2980/2019).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de instalação de portas, forro modular e divisórias em drywall, incluindo o fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, para atender o Ministério Público Estadual;

- Abertura das propostas: 14 de outubro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 18 de setembro de 2019, por meio dos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 10/9/2019:

- Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz.
- Fiscalização Contratual: Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 17 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

(Republicado para correção)

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004680 DE 16.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3624/2019**

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.620,00 (um mil, seiscentos e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004680 de 16.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004683 DE 16.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3623/2019**

Credor: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 4/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 11/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de material permanente (estante e claviculário de aço), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.720,00 (três mil, setecentos e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004683 de 16.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004685 DE 16.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3622/2019**

Credor: VITÓRIA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 3/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 3/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de água mineral (galão com 20 litros), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.425,00 (um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004685 de 16.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004686 DE 16.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3619/2019**

Credor: HABITAR - COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.994,00 (três mil, novecentos e noventa e quatro reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004686 de 16.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004687 DE 16.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3621/2019**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 4.445,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004687 de 16.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/4148/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ELLO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**, representada por **Renan Bernardo Molina de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Convite nº 2/CPL/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de prazo de execução dos serviços por 1 (um) mês e do prazo de vigência contratual por 4 (quatro) meses, sem ônus para o erário.

Vigência: 25.10.2019 a 25.02.2020.

Data de assinatura: 11 de setembro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL N. 0018/2019/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas A Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas A Inquérito Civil n. 09.2019.00003020-2

Requerente(s): Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): A Apurar.

Assunto: Acompanhar a assinatura e execução do convênio entre a UFGD e a ESMPMS para a solidificação do curso de especialização em Formação Sócio Antropológica para o fortalecimento da rede de proteção às crianças e aos adolescentes indígenas.

Dourados/MS, 16 de setembro de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

**EDITAL 0024/2019/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000404-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto : "Apurar as causas da ausência da prestação do serviço de Uretrocistografia na rede pública de saúde em Dourados."

Dourados, 12 de setembro de 2019

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**EDITAL Nº 18/2019/2ªPJCS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul – MS informa que retificou o objeto do Inquérito Civil nº 06.2019.00000671-3, passando a constar como *“promover a intervenção ambiental necessária para estabilizar o processo erosivo existente no curso do Córrego do Meio, na Fazenda Bonanza”, tendo por requerido o Sr. Kazushi Shinye.*

Chapadão do Sul-MS, 16 de setembro de 2019.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA  
Promotora de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0026/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001364-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001364-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal - Hospital Regional de Coxim "Dr. Álvaro Fontoura Silva"

Assunto: apurar o descumprimento pelo Hospital Regional Dr. Álvaro Fontoura Silva, do Relatório de Inspeção nº 1/2018, de 23.03.2018, expedido pela Gerência de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde, consoante o Termo de Inspeção nº 25370, de 22.03.2018, e Termo de Notificações nº 25506, de 22.03.2018.

Coxim/MS, 16 de setembro de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO  
Promotor de Justiça

---

**NOVA ANDRADINA**

---

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2019.00001334-7.****RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça em exercício nesta comarca, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129 da Constituição Federal, no art. 27, inc. IV, da Lei nº 8625/93 e no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal; art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93; e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, nos termos do art. 37, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, conforme previsto no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

CONSIDERANDO que, de acordo com José dos Santos Carvalho Filho, "a licitação veio prevenir eventuais condutas de improbidade por parte do administrador, algumas vezes curvados a acenos ilegítimos por parte de particulares, outras levados por sua própria deslealdade para com a Administração e a coletividade que representa. Daí a vedação que se lhe impõe, de optar por determinado particular. Seu dever é o de realizar o procedimento para que o contrato seja firmado com aquele que apresentar a melhor proposta. Nesse ponto, a moralidade administrativa se toca com o próprio princípio da impessoalidade, também insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição, porque, quando o administrador não favorece este ou aquele interessado, está, *ipso facto*, dispensando tratamento impessoal a todos" (Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011, pag. 223);

CONSIDERANDO, conforme consta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001334-7, que no ano de 2018, o Executivo Municipal de Nova Andradina/MS realizou o Pregão Presencial nº 013/2018 e fez constar no item 3.4.1, alínea "a", do seu edital a exigência de **"ônibus com no mínimo 40 lugares"** (grifo nosso);

CONSIDERANDO, conforme apurado neste mesmo inquérito civil, que no ano de 2019, o Executivo Municipal de Nova Andradina/MS realizou o Pregão Presencial nº 153/2019 e fez constar no item 3.4.1, alínea "a", do seu edital a exigência de **"ônibus com no mínimo 46 lugares"**, bem como no anexo I do mesmo edital, além do número de passageiros, a necessidade de que o ônibus seja "trucado" (grifo nosso);

CONSIDERANDO que, posteriormente ao Pregão Presencial nº 153/2019, também no ano de 2019, em virtude de Mandado de Segurança que tramitou na 2ª Vara Cível desta comarca, o Executivo Municipal de Nova Andradina realizou processo de dispensa de licitação, o qual não consta do sítio de transparência do Município, e fez a exigência de veículo **com no mínimo 40 lugares** (grifo nosso);

CONSIDERANDO que, no referido procedimento de dispensa de licitação, no qual houve a exigência de veículo com 40 lugares (conforme já era exigido, inclusive nos Pregões Presenciais nº 324/2016, nº 323/2017 e nº 181/2018), houve a participação de 3 (três) empresas e com valor final significativamente menor do que aquele alcançado no Pregão Presencial nº 153/2019, ao qual só participaram 2 (duas) empresas;

CONSIDERANDO que, no Pregão Presencial nº 153/2019 inexistiu justificativa concreta para a mudança na descrição do veículo e que tal exigência além de claramente diminuir a concorrência, providência contrária aos objetivos da Lei nº 8666/93, destoa de diversas contratações realizadas com o mesmo objetivo pelo Município, principalmente a dispensa realizada depois do citado pregão presencial nº 153/2019, e implicou contratação mais onerosa ao erário;

CONSIDERANDO, ainda, que "a licitação, nos termos do que hoje estabelece a legislação, visa a alcançar um triplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto), assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais realizarem com os particulares e concorrer para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Destarte, atende-se três exigências públicas impostergáveis: proteção aos interesses públicos e recursos governamentais – ao se procurar a oferta mais satisfatória; respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade (previsto nos arts. 5º e 37, *caput*) – pela abertura de disputa do certame; e, finalmente,

obediência aos reclamos de probidade administrativa, imposta pelos arts. 37, caput, e 85, V, da Carta Magna brasileira" (Mello, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2016, pags. 542/543).

CONSIDERANDO, portanto, que manter o Pregão Presencial nº 153/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS e, conseqüentemente, os atos administrativos dele decorrentes, de uma só vez ofende os três objetivos pretendidos com a obrigatoriedade de licitação pela Administração Pública, já que não realiza contratação mais vantajosa, dá contornos de quebra da isonomia e de aparente direcionamento, bem como frustra as expectativas de probidade administrativa dos atos realizados pelo gestor público;

CONSIDERANDO que a teor da súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal, "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

CONSIDERANDO que constitui crime "frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação" (art. 90 da Lei 8.666/93);

CONSIDERANDO, ainda, que nos termos do que dispõe o artigo 10, inciso VIII, da Lei nº 8.429/92, "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: [...] VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;

CONSIDERANDO que os Tribunais de Justiça reiteradamente reconhecem como improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário atos que se configurem direcionamento de licitação (v.g., Apelação Cível nº 0000389-95.2006.4.01.3302/BA, 3ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Monica Sifuentes. j. 03.08.2016, unânime, e-DJF1 19.10.2016, Apelação Cível nº 0000037-65.2010.4.01.3701/MA, 3ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Klaus Kuschel. j. 16.02.2016, unânime, e-DJF1 26.02.2016)

Resolve RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Nova Andradina/MS, Excelentíssimo Senhor José Gilberto Garcia, que, no prazo de 15 (quinze) dias, no exercício do poder de autotutela, revogue o Pregão Presencial nº 153/2019 e os atos administrativos a que ele deu origem.

Requisita-se que, no prazo de 10 (dez) dias, o Executivo Municipal de Nova Andradina/MS informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação.

Em caso de não acatamento, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul informa que poderá adotar as medidas legais, inclusive mediante o ajuizamento da ação civil pública cabível.

Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ, requisito à Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Executivo deste município.

Por fim, para melhor conhecimento e divulgação, determino ao secretário deste inquérito civil a remessa de cópias da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Nova Andradina, 11 de setembro de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ  
Promotor de Justiça